

CIÊNCIA E PEDAGOGIA. RACIONALIDADE E IMAGINAÇÃO HOJE.

Carlos Pimenta

Faculdade de Economia
Universidade do Porto

1. RECORDANDO O PASSADO

1.1. O Professor

Nos anos terminais do ensino liceal, perante a inexistência de disciplinas que estudassem as problemáticas económicas, procurei encontrar alguma obra de leitura fácil que me iniciasse nesses caminhos do saber. Li *Problemas Fundamentais da Economia* com a vaidade infantil de passar a ser possuidor de novos raciocínios, de começar a saber formular leis económicas, de estudar uma ciência de conteúdo claro e elegante e começar a compreender a realidade em que nos inseríamos. Os problemas sociais que eram abordados ao longo das páginas do livro confirmavam-me que ao ir para a Faculdade estudar uma ciência social que não se limitava à frieza dos números, que pretendia servir de suporte a uma intervenção social multifacetada dos agentes económicos da produção e circulação e dum Estado com preocupações de justiça social, que certamente não poderia ser o de então, estava a fazer uma opção de vida correcta.

No primeiro ano do ISCEF encontraria Moura no livro de estudo da disciplina de Economia. Recorria à leitura de bibliografia adicional, mas a clarificação das problemáticas, a construção do “esqueleto conceptual” buscava nas *Lições de Economia*. Tenho hoje consciência, ao reler algumas das suas passagens, que a simplicidade com que as questões eram então apresentadas fizeram com que não se retirasse toda a súpula de um conjunto de observações que ainda hoje fazem reflectir e são contraponto de um conhecimento apressadamente divulgado.

Sentia um pensamento organizador, um gestor científico do funcionamento das aulas. Contudo só no ano seguinte o estudo da microeconomia e da conjuntura iria permitir-me lidar directamente com o mestre. As aulas eram frequentadas com assiduidade e interesse. Desde o primeiro ao último momento, em tom pousado, afável e comunicativo os encadeamentos lógicos surgiam com rigor, não deixando pelo caminho nenhum pormenor relevante. Sob a aparente espontaneidade de um discurso construído em saberes consolidados, em preocupações pedagógicas de comunicação e no prazer da transmissão tínhamos à nossa frente um professor que se distanciava pelos conhecimentos e pela postura na aulas mas que simultaneamente sabia esclarecer a dúvida, dialogar com o aluno, estabelecer as pontes.

As formulas matemáticas no quadro transmitiam um sentido único às palavras, mas passavam despercebidas. Eram quanto bastassem para elucidar o raciocínio e nunca assumiam o papel principal. No meio do discurso aparentemente técnico (sempre dedicou grande importância a esta vertente) exemplificava de forma a percebermos quais as questões sociais que lhes estavam associadas. Aqui e além, numa passagem aparentemente secundária, chamava a atenção para a importância da ruptura, sem usar este termo, entre o conhecimento corrente e o conhecimento científico. A apresentação do multiplicador keynesiano era momento particularmente oportuno para o fazer.

A metodologia científica, o gosto pela descoberta, a importância dos raciocínios claros, o equilíbrio entre a palavra e a formalização surgiam espontaneamente da sua acção na sala de aula.

1.2. O cidadão economista

Nos seus livros utilizados no estudo havia permanentemente um humanismo subjacente, uma espontânea e lúcida relação entre os conceitos económicos e as condições de vida das populações que por vezes se manifestava subtilmente pelas situações referidas, por um ou outro adjectivo que comportava uma carga de observação da realidade e de crítica (“Condição social da mulher. E estamos perante outra *grave* razão de diferenciação”¹), pelas problemáticas escolhidas. Os homens são cidadãos que sentem e labutam quotidianamente. Não são abstracções do modelo ou agentes económicos desenraizados.

Em muitos dos seus trabalhos sobre a economia portuguesa este humanismo, esta preocupação pela vida aparecem ainda com mais evidência.

Também nas lutas estudantis contra o regime fascista então existente os estudantes sempre souberam encontrar no mestre o mesmo tipo de relação, o apoio em muitos momentos decisivos.

1.3. Um pretexto de reflexão

O saldo do processo de ensino e aprendizagem nas disciplinas introdutórias de Economia era francamente positivo, mas existiam lacunas e deficiências, umas detectadas então outras observadas hoje.

O keynesianismo e o neoclassismo eram apresentados lado a lado, consubstanciando as abordagens macro e microeconómicas sem que se estabelecessem as possíveis pontes. O aluno confrontava-se com duas formas de ler uma só realidade.

A história da Ciência Económica limitava-se a alguns poucos nomes que pareciam possuir o monopólio do saber construído. Embora se possa reconhecer que a situação política de então não fosse favorável a pluralismos teóricos também não se

¹ (Moura, 1963, 136). O itálico é nosso. Este é um exemplo entre muitos.

pode deixar de reconhecer um excessivo silêncio em relação a algumas correntes do pensamento, com particular destaque para o marxismo². Talvez por isso mesmo a teoria da distribuição do rendimento surgia incoerente, o lucro era explicado como uma recompensa moral tão fideisticamente aceite que dispensava qualquer explicação racional.

Por tudo isto a análise da obra económico-social de Moura e a sua actividade como professor, mestre e organizador do então ISCEF, é um excelente pretexto para se fazer uma reflexão sobre o estado actual do Ensino da Economia, para referir algumas questões científicas e pedagógicas que carecem de atenção e estudo. É o que pretendemos fazer nos pontos seguintes.

“O desprezo com que a ortodoxia, em todos os campos do conhecimento, costuma tratar tudo aquilo que parece representar um desvio de esforços da ciência normal” (BIANCHI, 1993) fará certamente muitos estranharem que se siga este percurso e não se aproveite este espaço para estudar disciplinadamente um qualquer problema. Quem optar por esta via está a usar um direito e a fazer jus de preocupações que têm tanta validade quanto os nossos.³

2. EQUÍVOCOS ACTUAIS DA ECONOMIA

2.1. Ressalvas iniciais

Nos subpontos seguintes vamos concentrar a nossa atenção em alguns aspectos da Economia Política que consideramos susceptível de erros científicos e equívocos na transmissão de conhecimentos. Arriscar-nos-íamos a ser mal interpretados se antes não deixássemos bem claro o nosso respeito e admiração pelos desenvolvimentos científicos que a Economia Política foi capaz de fazer ao longo dos séculos, com particular destaque para as últimas décadas.

A Economia Política é uma ciência social respeitável. Não tanto pela sua idade avançada mas essencialmente pelo importante caminho percorrido desde o seu aparecimento, talvez com Quesnay, talvez com Adam Smith. A sua história não é

² Existem diferenças substanciais entre a Economia Política marxista e as Economias Políticas clássica, neoclássica ou keynesiana, mesmo quando umas e outras se completam. Diferenças políticas, conceptuais e lógicas. A Economia Política marxista estudada e apresentada com as regras da lógica tradicional, sem a lógica dialéctica, é aberrante. Esta barreira lógica de acesso à Economia Política marxista parece-nos ser a responsável de muitos equívocos. Não é raro encontrarmos autores intelectualmente honestos, dispostos a estabelecerem o diálogo entre as diferentes formas de pensamento, apresentar verdadeiras caricaturas dos conceitos mais elementares do marxismo. Se a esta dificuldade acrescentarmos os muitos que criticam Marx e Engels sem nunca os terem lido, os que comportam espontânea ou deliberadamente uma carga ideológica nas suas análises e todos os outros que contra o dogmatismo de muitos marxistas contrapõem a mesma cegueira poderemos dizer que a Economia Política marxista é tradicionalmente mal tratada nos cursos de Economia.

Se fazemos a crítica de Moura não referir esta corrente do pensamento também temos de fazer-lhe a justiça de que nunca a deturpou.

³ Merece a pena aqui referir o relatório Cogee, publicado no *Journal of Economic Literature* de 1991, também referenciado por (Bianchi, 1993)

linear. Houve revoluções científicas mas também contra-revoluções. Várias perguntas formuladas ao longo da história do pensamento económico ficaram sem resposta mas o balanço é francamente positivo. A conflitualidade interna apresenta-se, frequentemente, mais como potencialidade, como vitalidade, como expressão da heterogeneidade social do que como fraqueza.

Embora transportando aqui e além alguns complexos de inferioridade em relação à chamadas ciências exactas, incapaz de ser a física do comportamento humano que os utilitaristas imaginaram poder construir, conseguiu construir metodologias e lógicas que viriam a ser adoptadas por outros saberes científicos numa data posterior.

Em síntese, o seu percurso não tem sido simples. Existem diversas histórias da Economia Política justapostas. No meio desta complexidade de sentidos contraditórios de evolução é possível detectar um crescimento, uma importante vitalidade.

Uma primeira manifestação de vitalidade é o refinamento técnico a que muitas análises económicas recorrem.

Uma sua segunda manifestação está na grande diversidade de temáticas que pode tratar, na possibilidade de extrapolar uma determinada metodologia para outras áreas do saber. A Economia já chegou a um tal grau de especialização que é impossível um economista conhecer, muito menos dominar, todas essas diversas áreas.⁴

Uma sua terceira manifestação parece ser a projecção social e política da Ciência Económica. "A ciência económica ocupa uma posição central nas sociedades contemporâneas enquanto discurso sobre o mundo e a sociedade, sobre o vínculo político e a responsabilidade moral, sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. Ela tornou-se uma referência fundamental para a legitimação de algumas das formas de tecnologia social dominantes" (Nunes, 1993). Contudo, temos de ser cautelosos nesta associação entre a investigação económica e o Ensino da Economia com o poder. É positiva na medida em que revela que a Ciência Económica é capaz de tratar assuntos relevantes para a vida dos cidadãos, das sociedades, e que as instituições reconhecem nela um suporte da Política Económica, assim como o carácter decisivo desta. É negativa na medida em que, frequentemente, enfeuda a investigação à actividade política, associa demasiado o trabalho realizado nas Universidades com a acção das classes dominantes.

Em síntese, a consolidação de uma metodologia de leitura do social, o rigor das análises e o seu sistemático alargamentos a novas vertentes da sociedade e a aplicabilidade dos conhecimentos acumulados na resolução de muitas situações económico-sociais consideradas socialmente inadequadas são factores bastantes para nos orgulharmos de ser estudiosos da Economia.

Não podem, contudo, fazer-nos esquecer que existem diversos sinais de crise teórica, e não são apenas de hoje, que existem situações que exigem uma séria reflexão, sobretudo da parte daqueles que têm a incumbência de formar agentes económicos, investigadores, criadores de opinião, ideólogos e políticos.⁵

⁴ A questão fundamental do ponto de vista pedagógico é saber se a especialização científica deve reflectir-se na transmissão de conhecimentos na licenciatura. Existe uma tendência espontânea para que tal se verifique (mais que não seja pela "lei do menor esforço" ou pelo empenhamento dos investigadores transmitirem as suas preocupações e descobertas) mas tal especialização deve ser analisada cuidadosamente. Ela pode ser a negação de uma sólida formação de base.

⁵ Em algumas passagens anteriores seguimos de perto (Pimenta, 1993a)

2.2. Ciência positiva

A Economia Política hoje dominante pretende-se positivista. Raramente faz o seu autorretrato completo e nunca uma reflexão sobre o seu significado. Deixando de lado as manifestações de hiperempirismo, que são presa fácil das críticas alheias, poderemos dizer que no essencial da Economia Positiva se radica no positivismo lógico, isto é, numa postura filosófica que defende três princípios essenciais:

- A unicidade e universalidade do método das ciências naturais; consequentemente as ciências sociais, para o serem, terão que aplicar o mesmo método, embora se reconheça as limitações ou impossibilidades da experimentação.

- A análise teórica tem de ser baseada na observação empírica. Restringe a investigação racional a uma descrição de fenómenos observáveis: a investigação começa com observações parciais, estas dão lugar a hipóteses primárias; partindo destas, e através da análise lógica, formulam-se teorias gerais; estas teorias são confrontadas apropriadamente com a observação e serão aceites se houver uma verificação ou, o que é diferente, se não houver a demonstração da sua falsidade. A causalidade é conceito irrelevante, metafísico, ou traduz-se pela sequência de manifestação fenomenológica.

- Oposição ao irracionalismo e repúdio da metafísica, o que engloba o repúdio dos juízos de valor, considerados inverificáveis.

O positivismo e o positivismo lógico, o reconhecimento da importância do confronto com a realidade como principal avalizador de uma teoria foram, e são, importantes contributos para a ciência mas o seu reducionismo causa hoje graves entraves.

Não existe um mas vários métodos das ciências naturais - englobando desde ciências experimentais até outras em que o não são - não podendo nenhum ser encarado como critério de cientificidade. A Economia Política, durante muito tempo agarrada às leis deterministas habituais da Física antecipou-se a esta na concepção e utilização das leis probabilísticas, tendenciais.

Não existem observações directas passivas, seja porque toda a leitura da realidade é uma leitura teórica e cultural - hoje comprovável biologicamente -, seja porque o confronto com a realidade é sempre uma descodificação, adaptada, dos conceitos teóricos e um isolamento da realidade considerada necessária para o teste, de verificação ou previsão. Por outras palavras, se tivermos em conta que os meios de investigação geram os seus próprios fins, o percurso da observação conduz à confirmação dos fins que se pretendiam. A natureza axiomática dos modelos, o *ceteris paribus*, a aceitação à partida de afirmações parcial ou totalmente inverificáveis e as simplificações inerentes ao modelo permitem sempre admitir que a teoria está certa mesmo quando o tão ansiado confronto com o real parece demonstrar o contrário. Frequentemente o positivismo concilia-se com o apriorismo: "Se aparece uma contradição entre uma teoria e a experiência *podemos sempre supor* que não estiveram presentes alguns dos pressupostos da teoria ou que houve algum erro nas nossas observações. O desacordo entre a teoria e os factos da experiência frequentemente nos obriga a reconsiderar por completo os problemas da teoria. *No entanto, desde que essa*

reanálise não encontre erros nos nossos raciocínios nada nos permite duvidar da sua verdade"⁶.

As fronteiras entre os juízos positivos e os juízos de valor são mais complexas e diluídas do que pretende a Economia Positiva⁷.

Contudo não é esta postura de aceitação ou repúdio parcial que nos parece particularmente relevante. Numa lógica de pluralismo teórico e de confronto crítico de posições, a aceitação dos princípios daquelas correntes filosóficas por parte de diversos economistas pode revelar-se extremamente saudável. O essencial é que as temáticas e as metodologias da Economia Política não se restrinjam às impostas pelo positivismo. Os "colégios invisíveis" não podem restringir a Economia a um tal tipo de abordagem. Algumas das problemáticas hoje vitais para relançar a Economia Política e reduzir a sua conflitualidade interna passam por investigações que não se enquadram nos cânones positivistas.

Mais, o repúdio simplista pela subjectividade e pelos juízos de valor pode conduzir directamente à tecnocracia, ao esquecimento do social, ao abandono do reconhecimento de que por detrás de cada conceito de Economia Política existem homens com as suas alegrias e tristezas existenciais. A Economia Positiva tende a abandonar os princípios sociais que nortearam o labor intelectual dos grandes vultos da Economia, a repudiar, consciente ou inconscientemente, o humanismo.

Estes aspectos particularmente graves, sobretudo se pensarmos na situação actual da Economia como matéria de ensino e de formação de gerações de economistas, de formadores de ideologia.

2.3. Hegemonias imperialistas

A importância relativa das diversas teorias económicas na investigação e no ensino depende de factores externos e internos. Os factores internos são os menos relevantes histórica e socialmente mas são os mais espontaneamente assumidos pelos economistas. Os "colégios invisíveis" da Economia, as modas e os hábitos dominantes nas instituições de ensino têm a sua principal razão nas características da economia mundial actual. Os imperialismos sociais (mais vivos que nunca ao mesmo tempo que se procura banir tais vocabulários da observação da realidade) permitem, caucionam e apoiam os imperialismos intelectuais.

Nas observações seguintes consideraremos quase exclusivamente a vertente teórica. Quase nada referiremos sobre as razões sociais da sua existência hegemónica, mas é importante que fique claro que os problemas seguintes têm raízes sociais. Rotulamos de utopias as diversas propostas que apresentamos não porque sejam irrealizáveis mas porque pressupõem alterações sociais cujas lógicas de concretização não analisamos.

⁶ Ludwig von Mises, citado por (Katouzian, 1982)

⁷ Abordaremos esta questão a propósito da desideologização.

2.3.1. Fundamentalismo neoclássico

A corrente do pensamento económico hoje dominante é a “síntese neoclássica”, considerada como sendo uma junção das correntes neoclássicas, nascidas na escola austríaca e desenvolvida nas escolas de Lausanne e Cambridge, com o keynesianismo. No entanto, não se trata de uma síntese mas de uma integração no pensamento neoclássico de alguns contributos, irrecusáveis, da teoria keynesiana.

Keynes mostrou inequivocamente diversas limitações da teoria neoclássica ortodoxa, nomeadamente a incapacidade dos mercados e do equilíbrio levarem à melhor utilização dos recursos produtivos, a possibilidade de crises como fenómeno “normal” de funcionamento do sistema, os limites da autoregulação deste, a importância da moeda no funcionamento da economia e o facto de ser portadora de desinformação e ilusões, a coexistência das economias monetária e real articuladas através do juro. Mas, do ponto de vista epistemológico, a grande importância de Keynes foi chamar a atenção para a existência de grupos sociais, formal ou informalmente constituídos.

Enquanto as teorias económicas anteriores a Keynes se degladiavam entre o primado do indivíduo sobre o social (com estreita ligação da Economia com a Psicologia) e do social sobre o indivíduo (com estreita ligação da Economia à História, ciência das ciências do materialismo histórico) Keynes veio revelar o primado dos grupos sociais (consumidores, investidores, associações de classe, Estado, organismos internacionais) e o seu importante papel para a explicação da dinâmica económica. Os comportamentos têm de ser compreendidos na base das acções de grupo, numa estreita ligação com a Psicologia Social, e esse é um elemento insubstituível na ligação do indivíduo com a sociedade. É certo que o pragmatismo keynesiano fê-lo concentrar as críticas aos ortodoxos nas vertentes mais relevantes para a sua preocupação central e nunca se atreveu a pôr em causa as suas concepções fundamentais, a teoria do valor-utilidade solipsista que eles defendiam. Mas é inegável que ele lança as bases para uma nova forma de ler o económico.

A síntese neoclássica despreza completamente este importantíssimo contributo.

O que a síntese neoclássica mostra, assim como muito outros desenvolvimentos dessa corrente económica⁸ é uma grande incapacidade de ela aprender com as outras escolas do pensamento económico, uma defesa da sua hegemonia através do aviltamento dos contributos alheios. Enquanto as outras escolas da Economia Política aceitam a pluralidade de leituras e algumas delas encontram na conflitualidade interna da Ciência Económica uma potencialidade, enquanto para alguns a crítica é um processo de construção científica através da redução das subjectividades inerentes às diversas “consciências possíveis” que o social molda, a teoria neoclássica é ditadora. Podemos transpor para o assunto em análise o que Santos (1987, 10/11) afirma a propósito do positivismo, a que os neoclássicos estão frequentemente associados: “Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas”.

⁸ Um caso flagrante é a “domesticação”, a desvirtualização da Teoria do Caos na sua aplicabilidade à Economia.

A elegância de muitos dos modelos neoclássicos, a sua formalização matemática, a natureza axiomática e a inverificabilidade das premissas fundamentais, as defesas justificativas dos desencontros entre o abstracto teórico e o complexo empírico, faz com que a síntese neoclássica esteja invulnerável à crítica.

Esta invulnerabilidade comporta uma profunda ambiguidade que inviabiliza a articulação com as restantes correntes teóricas: a normatividade encoberta pela positividade. A teoria neoclássica diz pretender descrever a realidade. Para tal baseia-se num conjunto de hipóteses de partida que pretende que descreva o comportamento dos indivíduos e, consequentemente, da sociedade. Mas essas hipóteses de partida não descrevem o que a sociedade é mas o que poderia ser se os indivíduos tivessem determinada racionalidade e certos comportamentos interindividuais. A identificação da Economia com a gestão dos recursos escassos salienta que aquela é a ciência da boa gestão, indicadora do que se deve fazer para que haja uma plena utilização dos recursos. Estamos em pleno campo da normatividade. Quando perante a crítica ao irrealismo das hipóteses essas correntes se refugiam no pragmatismo estão a encobrir a sua normatividade.

A teoria neoclássica contém importantes contributos para a leitura da sociedade actual, possui uma racionalidade que se encontra na fronteira entre o conhecimento corrente e o científico, transporta muita da lógica e terminologia do mundo dos negócios. É uma corrente fundamental no repensar do económico. Mas todas essas potencialidades, todas essas vertentes positivas só o são e só se manifestam se os economistas que a partilham abandonarem o seu fundamentalismo.

Enquanto este se mantiver o Ensino da Economia ou lhe está subordinado ou aparecerá como uma ciência fraccionada, descontinua e polémica.

2.3.2. Ideologia da desideologização

A Economia Positiva ao julgar que é possível o economista - não se dando sequer ao cuidado de perceber que existem muitas posturas diferentes deste⁹ - se dedicar exclusivamente ao que há e não ao que deve haver, ao separar profundamente a Economia Política da Política Económica, reservando para aquela a estrita escolha técnica do melhor caminho para se atingir os objectivos definidos pelos políticos, pretende desideologizar a Ciência Económica. Seria um esforço louvável se tal não fosse o pretexto para considerar como ideológico o que se afasta dos seus princípios positivistas ou neoclássicos. E, por essa via, a desideologização assume-se como uma ideologia.

O cientista é inseparável do homem e os ideais fazem parte do seu quotidiano. Não é possível um indivíduo, trabalhador intelectual de qualquer ciência, e ainda menos de uma ciência social que tantos impactos tem sobre a vida das sociedades, desenvolver teorias, fazer relatórios sobre observações, inteiramente isentas de valor. As afirmações científicas comportam sempre um certo grau de subjectividade em resultado das ideias «a priori». A linguagem utilizada exprime inevitavelmente um conjunto de valores. Imparcialidade, atitude consciente, não significa neutralidade. Esta

⁹ Sobre o assunto veja-se (Mingat e Outros, 1985)

é, em si mesma, uma posição moral, de valores, como qualquer outra e, quando assumida, parcial.

É muito importante perceber, o que é esquecido pela Economia Positiva, que a presença da subjectividade não invalida a ciência: o conhecimento objectivo é possível quando as teorias estão intrinsecamente abertas à crítica e, simultaneamente à verificação. A cientificidade é uma questão de método e perspectiva e não da sua natureza descritiva e normativa. O anarquismo metodológico mostra que algumas das revoluções científicas, hoje inquestionavelmente aceites, estiveram associadas a importantes doses de subjectividade.

Ao negar a subjectividade na Economia Positiva e ao desvalorizá-la na construção científica desqualifica a crítica num quadro de democraticidade e pluralismo teórico, de respeito mútuo, tolerância e rigor científico. E, no entanto, aquela é uma forma de confronto das diversas subjectividades, de redução da sua influência, de filtragem da tão desejada objectividade.

Uma análise mais cuidada da natureza dos juízos permite-nos distinguir dois tipos de juízos de valor: juízos morais ou enunciados éticos (opinião pessoal, inconfrontáveis com a realidade) e juízos políticos ou enunciados prescritíveis (abertos à possibilidade de serem refutados).¹⁰ Toda a história da Economia Política é uma história da aplicação de métodos científicos na pressuposição da validade de certos enunciados prescritíveis, mesmo entre aqueles que parecem ser mais alheios a tais "veleidades": quando Adam Smith falou das virtudes da divisão social do trabalho pressupunha como finalidade pública desejável um aumento da produção e do bem estar; quando Marx elabora a teoria da distribuição do rendimento considerava que o fim da exploração permitia a felicidade das maiorias e o desenvolvimento tecnológico; quando se defende a mais eficiente aplicação dos recursos escassos pressupõe-se que o bem-estar geral é um objectivo social desejável; a definição de Economia apresentada por Robbins defende o não desperdício de recursos e a maximização da utilidade como objectivos aceites; quando Keynes estuda a dinâmica dos grupos sociais e o papel do Estado na economia admite que o desemprego não é desejável; quando Milton Friedman opõe-se à intervenção do Estado e defende uma certa organização do capitalismo pressupõe que "um sistema de liberdade económica (é) condição necessária à liberdade política" (Friedman, 1988, 13) e este é algo que deve ser preservado para cada cidadão; o desenvolvimento económico é um objectivo normativo.

Um aspecto da sociedade passa a ser objecto científico da Economia Política quando é, directa ou indirectamente, isolada ou integralmente, um problema social. A Economia Política estuda o que é problema porque traz, uma proposta política de solução. Por outras palavras, a Economia não é caracteristicamente uma ciência descritiva, positiva, como esta se autoretrata, mas normativa em sentido restrito.

¹⁰ Seguimos, nesta parte, a perspicaz análise de Homo Katouzian (1982, 176) que apresenta dois exemplos de juízos de valor políticos, para ilustrar a distinção anteriormente referida: a) "se é socialmente desejável incrementar a mobilidade geográfica de bens e recursos económicos então é necessário construir uma rede eficiente de transportes e comunicações", b) "porque os conflitos sociais provocam lutas civis e reduzem a eficiência económica deve-se proibir as práticas de discriminação por razões de raça ou cor"

2.3.3. Economia matemática

A generalização da Economia Matemática tem uma história específica mas convergente com a da Economia Positiva. Sobretudo após a segunda grande guerra teve um grande desenvolvimento.

A utilização das Matemáticas na Economia Política é importante e tem contribuído para diversos desenvolvimentos científicos, quase sempre ao nível das teorias particulares (rarissimamente ao nível das teorias gerais e nunca na reelaboração dos paradigmas). Permite precisar relações entre categorias económicas e formular leis. Economiza energias ao permitir passar de determinadas relações para outras com base nos teoremas matemáticos e viabiliza a descoberta de novos aspectos. Facilita a quantificação e o confronto com a realidade. As análises marginalistas não teriam evoluído da mesma forma se não tivessem contado com o cálculo infinitesimal. A leitura da realidade tem aproveitado os avanços da Estatística e da Econometria, a optimização encontraria muitas dificuldades se não tivesse apoio na Investigação Operacional, a Contabilidade Nacional e a leitura do interrelacionamento entre agentes não seria a mesma sem o cálculo matricial. A Teoria das Catástrofes permitiu novas leituras da Economia, assim como a Teoria do Caos veio chamar a atenção para a não-linearidade do mundo em que vivemos, para a sensibilidade da dinâmica às condições iniciais e para a necessidade de novas formas de ler o mundo. A Topologia poderá tornar-se um instrumento imprescindível para os economistas.

Mas o que está em jogo na crítica à Economia Matemática não é a utilização das matemáticas. O que está em causa é o instrumento sobrepor-se ao conteúdo, a validação científica passar exclusivamente pela linguagem utilizada. A linguagem matemática é frequentemente o manto diáfano da fantasia que encobre a pobreza de conteúdo económico.

É errado considerar as formulações matemáticas como intrinsecamente superiores às que utilizam qualquer outra forma de linguagem, admitir que as formas e as técnicas determinem a essência e o conteúdo. A utilização da matemática como critério de cientificidade favorece a exclusão de problemas e variáveis, podendo fazer com que se concentre a investigação em problemas secundários e se ponha de lado questões essenciais, como as que referiremos oportunamente. Muitos dos modelos matemáticos da Economia Política não são confrontáveis com a realidade.

A Economia Matemática tem restringido o debate de ideias, criado fronteiras artificiais entre economistas. Tem facilitado a tecnocracia e o esquecimento do social. Utilizando a terminologia de Katouzian, tem gerado servilismo nas instituições universitárias.

2.4. Os equívocos perante a crítica e a inovação

Com as críticas anteriormente apresentadas às correntes dominantes da Economia Política pretendemos chamar a atenção de dois aspectos.

O primeiro, bastante óbvio mas que convém relembrar, mostra que qualquer reelaboração da Economia Política, qualquer revisão dos paradigmas, exige tomar em consideração os contributos positivos que a Economia neoclássica trouxe, as técnicas de confronto com o real, as enormes vantagens da utilização de uma linguagem rigorosa, como a que é fornecida pelas Matemáticas. A história da Economia Política confirma essa necessidade porque mostra que o aparecimento de novos paradigmas pela simples negação do dominante faz perder muitos dos avanços anteriores, faz esquecer questões problemáticas que exigiam uma resposta e para a qual já começava a haver conhecimentos bastantes.

O segundo mostra que a revisão do paradigma, numa continuidade crítica, só é possível se as lógicas dominantes deixarem de ser comportar ditatorialmente. Como diz Corvi, "a ciência cobriu-se de severas vestes de cerimónia de representação, para esconder a inconsistência de muitas das suas conquistas" e, simultaneamente aniquilou a "intuição e imaginação" (Feyerabend, 1991, 128/130) tão necessária à construção científica.

E se os reflexos destes aspectos são muitos importantes sobre a investigação científica também o são sobre o Ensino, seja porque este reflecte o estado da arte da Economia, seja porque permite que muitos professores "servindo-se dos seus títulos académicos e do medo do fracasso, (trabalhem) os cérebros dos jovens até estes perderem o último grama de imaginação que possam ter possuído. Trata-se de uma situação desastrosa e que não é fácil de corrigir" (Feyerabend, 1988, 211).

Se se pretende ensinar a pensar Economia é fundamental uma postura científica e pedagógica diferente. "Um racionalismo autêntico nem se conta nem se impõe: é preciso viver a sua emergência, e o professor deve comunicar uma dinâmica." (Bachelard, in Dagognet, 1965, 26/27).

3. ALGUMAS SUGESTÕES PARA O ENSINO DA ECONOMIA

3.1. Das desilusões

O professor de Economia Política é normalmente um cientista bem comportado. Reproduz verdades feitas, parece ser possuidor de uma lógica irrepreensível e de um domínio de laboriosas técnicas, é capaz de impressionar os estudantes fascináveis pela exactidão, contribui tranquilamente para a reprodução dos saberes feitos e das instituições universitárias. Simultaneamente é capaz de criar uma imagem que lhe propicie alguma promoção pessoal, algumas proximidades ao poder, algumas remunerações marginais susceptíveis de cobrir os parcos salários universitários.

A certeza com que aprenderam um conjunto de conhecimentos adquiridos, capazes de serem testados como científicos através das análises epistemológicas mais rigorosas, a reduzida necessidade em fazer revisões temáticas globais quando se ensina ao nível da licenciatura, uma certa sobreposição da técnica sobre o conteúdo científico, a estreita ligação entre o "bom comportamento" científico e a possibilidade de publicar artigos, os parâmetros limitados em que se movimentou o processo de mestrado e

doutoramento, a tranquilidade psicológica que as certezas fornecem, a conveniência de gozar da admiração dos pares são suficientemente fortes para que muitos de nós não tenhamos sentido, nem por momentos, a triste sensação de que estamos a vender gato por lebre.

Admitamos, contudo, por um momento de irreverência, que somos capazes de ter um reflexão crítica sobre o que temos feito enquanto transmissores de conhecimentos de Economia Política, isto é, de Economia ou Ciência Económica, "ciência" para que não haja dúvida de que é disso que se trata.

Sabemos que existem diversas escolas do pensamento económico, que os seus graus de importância científica e social variaram ao longo da história, mas muito provavelmente limitamo-nos a transmitir as posições de uma delas, talvez do paradigma dominante, para que a respeitabilidade aumente. É certo que aqui e acolá esboçamos algumas dúvidas, que apelamos para o espírito crítico dos estudantes, mas o enxerto é artificial. As lógicas do receptor, se já conseguiu fazer o corte epistemológico e situar-se nos campos da ciência, já estão demasiado marcadas pelo paradigma dominante, já lhe penetrou o subconsciente e assumiu laivos fideístas impossíveis de permitir o caminho de outras formas de raciocinar.

Sabemos que o raciocínio apresentado só é válido na medida em que assumimos determinados pressupostos. Sabemos que a técnica de cálculo formulada, por muito complexa e rigorosa que pareça, mais não é do que um subproduto de uma determinada teoria. Em toda a resposta a uma problemática económica as hipóteses de partida são o fundamental. Sabemo-lo perfeitamente e até, provavelmente, temos sérias dúvidas sobre a importância, ou não, do realismo das hipóteses para a validade dos modelos que formulamos. Fomos constatando que diversas abordagens interdisciplinares põem em causa, parcial ou totalmente, muitos dos nossos raciocínios ou que o simplismo com que os apresentamos é insuficiente. Conscientes de que mais importante que ensinar coisas é ensinar a raciocinar sobre elas não temos dúvidas que antes de mais deveríamos apresentar as hipóteses de partida e termos a coragem de dizer que muitas nunca foram demonstradas, outras nunca o poderão ser e outras ainda já foram rejeitadas por outras áreas do saber científico. Talvez tenhamos tentado alguns desses exercícios mas demasiado tímidos. É indubitavelmente mais tranquilo não levantar o véu da descoberta ou fazê-lo com os cuidados necessários para que nenhum aluno tenha a irreverência de solicitar que desenvolvamos a teoria com um conjunto de hipóteses de partida diferentes.

Sabemos que, dum ponto de vista estritamente científico, todos as escolas do pensamento económico actuais apresentam potencialidades e limitações. Talvez não as conheçamos de igual modo em profundidade mas não seria difícil de encontrar um diálogo profícuo susceptível de o demonstrar. É quase uma certeza nos meios científico que a realidade física e, por força de razão, social não é expressável por leis de comportamento linear e que a simplicidade dos modelos, protegida pela condição *ceteris paribus*, é uma simplificação abusiva em relação à complexidade da realidade e à crescente possibilidade conceptual de construir modelos complexos. Todos nós temos consciência de que a situação mais frequente, mais que não seja pelo jogo das probabilidades, pela não instantaneidade dos comportamentos humanos, pela espacialidade das acções, é a de "desequilíbrio", mas a linguagem quase espontânea do economista é a do equilíbrio, da racionalidade, da harmonia do que é antagónico. A referência à "excepção", à "imprevisibilidade" do comportamento humano, à

"complexidade" da situação, ao surgimento de "efeitos perversos" mais não é do que autodefesas perante a fragilidade dos modelos. Bastará pegar em alguns poucos exemplos para constarmos a grande sensibilidade da dinâmica económica às condições iniciais, mas somos incapazes de incluí-las nos modelos, de analisar o grau de importância da teoria das catástrofes ou da teoria dos caos e, sobretudo, de levantar a hipótese de que muito do que hoje estamos a ensinar aos nossos alunos serão amanhã consideradas velharias conceptuais.

Admitamos ainda, em momento de maior irreverência, que pretendemos mudar a situação e que transmitimos todas estas nossas preocupações aos alunos. Admitamos que partimos na aventura colectiva da descoberta, da aprendizagem, do questionamento de todas as verdades feitas. Que acontecerá? Talvez um bloqueamento do processo pela instituição universitária, talvez uma crítica feroz dos alunos que sempre desejaram continuar a feitiçaria do poder estabelecido, talvez a reprovação noutras disciplinas do curso por parte dos alunos que revelassem maior capacidade de crítica, de descoberta, de investigação, de análise interdisciplinar, de capacidade de argumentação. Talvez ganhássemos uma reprovação nos graus académicos, no sacrossanto caminho da reprodução do sistema.

Talvez a imagem pessimista anteriormente referida não seja o quotidiano de muitos professores, de muitas disciplinas, de muitos grupos e departamentos, de algumas Faculdades e Institutos mas em muitas outras situações poderá ser uma fotografia demasiadamente lisonjeira.¹¹

3.2. Para as utopias

Caminharmos para as utopias não é entrarmos no onírico, no fantástico ou na ficção científica. É tão somente apresentar um conjunto de propostas e sugestões que são intelectualmente válidas mas cuja concretização depende de modificações sociais e institucionais cuja possibilidade de concretização não analisamos.

Apresentarmos a utopia talvez contribua para desbloquear alguns dos entraves ao nível da superestrutura universitária.

3.2.1. Rigor científico e coerência conceptual

Não há Ciência Económica sem rigor nos objectos de estudo, nos métodos, nos conceitos construídos, nos relacionamentos entre estes, na formulação de leis, na descodificação de conceitos, nos testes estatísticos e económicos.

Nos pontos seguintes enfatizamos a importância do debate de ideias, do confronto de posições, o papel da crítica na redução da subjectividade. Chamamos a atenção para a grande relevância da imaginação na investigação e no processo de

¹¹ Extraído de (Pimenta. 1993a)

ensino aprendizagem. Não deixaremos aqui e além de relembrar o papel positivo que o anarquismo metodológico pode desempenhar.

Para alguns este quadro de vivência universitária poder-se-ia desenhar como um apelo à retórica sofista, mas nada seria mais errado. Um confronto de posições exige um aprofundamento do rigor conceptual. A crítica (positiva ou negativa) exige um conhecimento profundo do modelo criticado assim como de leituras alternativas. A imaginação apela insistente e reforçadamente para a razão.

3.2.2. Uma visão humanista

A referência às aulas de Moura é a demonstração inequívoca da compatibilidade entre uma formação técnica e científica rigorosa e uma atitude humanista.

Um dos objectivos da licenciatura em Economia é formar bom técnicos. O domínio das técnicas é condição indispensável para o exercício correcto de uma actividade profissional correspondente a um licenciado. Todos estaremos de acordo com esta necessidade e, nem por isso, se assume uma atitude tecnocrata. Esta surge quando o domínio dessas técnicas é a exclusividade da formação e, como diz Galbraith, faz esquecer as realidades sociais em que estão a ser aplicadas, subestima os impactos humanos de todo e qualquer comportamento do economista. Defender uma formação humanista não é, pois, abandonar a vertente instrumental mas tão-somente ter em conta que cada conceito é uma relação social, que a Economia é uma expressão da actividade humana e que cada cálculo, cada decisão, tem impactos sobre as condições de vida das pessoas. Tal como a Medicina, a Economia é, em grande medida, uma ciência normativa. Tal como na Medicina um mau diagnóstico ou uma terapêutica errada atinge pessoas, pode matá-las. A grande diferença é que o economista age no anonimato e, frequentemente, sem consciência desses impactos.

Parece-nos inequívoco que se deve optar por uma formação humanista. Mas não basta optar, é preciso agir em conformidade, o que nem sempre é fácil. Com efeito a adopção de uma atitude tecnocrata, humanista ou uma simbiose de ambas, está muito estreitamente associada aos modelos teóricos de referência.

3.2.3. Pluralismo teórico

A escolha entre uma formação pluralista ou uniparadigmática é raramente explicitada. Porque a adopção espontânea, por formação académica ou hábitos de leitura nas fontes dominadas pelos "colégios invisíveis", de uma determinada corrente teórica da Economia ignora ou faz esquecer a existência de outras. Porque a liberdade de cátedra impede que se coloque o problema. E no entanto este é extremamente importante porque:

- a Economia Política é uma ciência social com uma forte conflitualidade interna;

- a história do poder entre os diversos paradigmas alternativos mostra que a alternância não é tanto o resultado de uma evolução na conceitualização da realidade social, embora também exista, mas o resultado da correlação de forças sociais;
- a consciência da diversidade de leituras científicas de uma determinada realidade fortalece as capacidades cognitivas de docentes e estudantes, enquanto que a sua subestimação ou ignorância é um elemento de forte perturbação na aprendizagem quando surgem vários modelos;
- a crítica e o confronto de posições é uma forma de redução da subjectividade inerente a qualquer processo de construção científica na área da Ciência Económica;
- apenas o conhecimento de diversos modelos alternativos liberta o economista da sua estreita dependência em relação a uma forma específica de organização da sociedade e prepara-o para as mudanças;
- o confronto de ideias, a prática do debate criterioso de posições alternativas fomenta os valores democráticos e de cidadania;
- provavelmente alguns dos modelos do futuro exigem uma ultrapassagem dos paradigmas actualmente vigentes, da fragmentação entre macro e microeconomia, a articulação hierarquizada de diversos dos actuais modelos gerais.

Várias escolas superiores de Economia assumem-se como pluralistas, mas raramente existe a consciência plena do que tal significa: é ter docentes de todas as formações; é assumir a diferença, o confronto de ideias, o debate como valores essenciais; é ajustar o plano curricular, o conteúdo das disciplinas e as formas de avaliação de forma a que esse pluralismo seja uma vantagem pedagógica e não uma justaposição de lógicas diferenciadas.

Assumir o pluralismo como valor essencial é difícil, sobretudo por causa das exigências que coloca à formação dos docentes.

As formas de manifestar o pluralismo e reflecti-lo no conteúdo do curso podem ser diversas: (1) através da apresentação dos diferentes modelos em algumas disciplinas, nomeadamente História do Pensamento Económico; (2) pela existência de diferentes disciplinas abordando a mesma problemática com ópticas totalmente diversas, nomeadamente ao nível das cadeiras introdutórias; (3) através da discussão em algumas disciplinas ou parte delas dos confrontos entre os diversos modelos, nomeadamente pela explicitação das diversas teorias do valor; (4) através da apresentação dos diversos modelos alternativos -- neoclassicismo, keynesianismo e marxismo nos primeiros anos e, nos seguintes, o estudo específico dos diversos temas de Economia com a apresentação das diversas leituras. Todas estas opções têm vantagens e inconvenientes e não será difícil perceber que umas são mais completas que outras.

A instauração plena do pluralismo teórico é difícil mas é, de imediato, possível assumir claramente que qualquer posição teórica tem o direito de se exprimir e confrontar as suas posições com as restantes. É possível fazer com que a apresentação de todo e qualquer modelo seja acompanhada pela explicitação pormenorizada da sua axiomática e dos objectivos da sua lógica, pela referência dos aspectos positivos e

negativos, pela chamada de atenção para a existência de modelos alternativos. É possível haver o cuidado de preparar os alunos para a conflitualidade interna na Economia Política, evitando a justaposição desarticulada de visões da sociedade. É possível criar espaços de diálogo entre docentes, entre docentes e alunos, entre alunos, entre a Faculdade e a realidade social envolvente para o debate de ideias.

Existem nos diversos paradigmas potencialidades e deficiências. É racionalmente possível analisar as vantagens e inconvenientes das diversas teorias, articular os diferentes contributos ora através de uma hierarquização conceptual ora através da elaboração de novos paradigmas. É racionalmente possível conciliar leituras divergentes da realidade através da modificação de algumas hipóteses de partida. É uma excelente oportunidade para modificar alguns dos axiomas ultrapassados. “Destouches estuda com efeito a coerência lógica das diversas teorias. Ele demonstra que, por intermédio da modificação de um postulado, é sempre possível tornar coerentes duas teorias que se revelaram racionalmente válidas e que, no entanto, se opunham uma à outra. É evidente que duas teorias podem pertencer a dois corpos de racionalidade diferentes e que se podem opor em determinados pontos permanecendo válidas individualmente no seu próprio corpo de racionalidade” (Bachelard, 1984, 132). Também em Economia esta síntese parece possível desde que se tenha em conta a descrição da realidade de uns, a normatividade de outros, o pragmatismo de ainda outros, desde que se discutam as hipóteses de partida.

Estamos convencidos que um espírito democrático na elaboração do saber científico, uma troca de posições entre economistas com formações diferentes seria capaz de contribuir decisivamente para novas leituras da realidade económico-social. Grande parte das polémicas actuais, grande parte das discussões exclusivamente centradas em keynesianos e neoclássicos é uma mistificação desta necessidade.

3.2.4. Problemáticas multidimensionais e interdisciplinaridade

A realidade social é bastante mais complexa que a leitura que é apresentada pelas diversas ciências.

É nessas leituras específicas que cada ciência se constrói, se desenvolve e se reconstrói mas não pode em qualquer momento esquecer os seus limites. Só teremos a ganhar, para o avanço da ciência e da formação de novos economistas, se conseguirmos conciliar o crescimento da Economia com um diálogo com as outras ciências, com a elaboração de modelos mais abrangentes.

Se muitos economistas, associados a diferentes escolas do pensamento, estarão de acordo, os actos não o reflectem. O que se continua a assistir é a um conflito de fronteiras, e a um esquecimento dos contributos alheios.

Que interdisciplinaridade e com que objectivos? Limitando-nos à interdisciplinaridade operatória a resposta não é simples, tanto mais que ela tem sido usada para fins múltiplos, nem sempre legítimos. As disciplinas científicas consideradas de fronteira e importantes por parte da Economia depende do modelo geral de referência em que se assenta. Provavelmente a Economia Política neoclássica privilegiará a Psicologia, a keynesiana a Psicologia Social e a marxista a História.

Simultaneamente outras ciências com as quais deveria haver um forte entrelaçamento são secundarizadas. Mesmo partindo do princípio de que nenhuma interdisciplinaridade deve ser subestimada é inevitável algumas hierarquizações.

A dificuldade desta vertente não está apenas na escolha das prioridades de interdisciplinaridade e na selecção dos temas concretos de investigação, mas também na utilização que pode ser dada aos resultados da pesquisa. Hoje a Sociologia Económica é uma realidade. Hoje a Psicologia Económica já forneceu importantes contributos sobre o comportamento dos agentes económicos. Hoje é inequívoco que muitas hipóteses de partida da Economia são totalmente falsas. Contudo a Economia Política não as modificou, não reelaborou a sua teoria. Ora a importância que atribuímos a estes projectos de fronteira é exactamente o de fornecer hipóteses alternativas para uma reconstrução da Economia¹².

Se queremos modificar esta situação é fundamental conciliar o pluralismo teórico, a interdisciplinaridade e novos instrumentais técnicos para uma leitura dinâmica e não linear da realidade social e económica.

Do ponto de vista científico estamos convencidos, até prova em contrário, de que uma modificação profunda da maneira de pensar o económico passa, isolada ou cumulativamente, pelo repensar dos fundamentos filosófico-económicos dos diferentes paradigmas, pelo confronto de ideias susceptível de abalar os "colégios invisíveis" e de permitir a retenção dos aspectos positivos das diversas teorias; pelo reforço da interdisciplinaridade; pela avaliação da Economia Política à luz da Teoria do Caos como instrumento de fomento de um novo modelo global.

Em relação à primeira vertente temos tido oportunidade de insistir na nossa concordância com Godelier (sd, 18) quando afirma que "a questão da racionalidade é, pois, ao mesmo tempo a própria questão epistemológica da Economia Política enquanto ciência", deduzindo-se a necessidade de clarificar o seu conteúdo. Tal percurso não passa por uma selecção entre os diversos sentidos atribuídos àquela pelas diversas escolas do pensamento, pela atribuição de um epíteto de bom ou mau, mas antes pela constatação de que cada uma delas é a expressão de uma consciência possível de uma determinada classe, grupo social ou de investigadores. Por outras palavras, sendo também nós marcados por esses limites de observação da realidade, "pretendemos chamar a atenção para a existência de diferentes, qualitativa e quantitativamente, racionalidades - atribuindo-lhe o sentido materialista (...) -, para as relações entre elas, para a correspondência entre racionalidade, agentes, hominidade e coerência lógica dos modelos sobre o económico." (Pimenta, 1990) Mais, "repensar a racionalidade só é exequível do exterior desse conceito". Repensar a racionalidade é repensar as racionalidades, a sua articulação, as suas conjunturas.

Temos defendido noutros trabalhos (Pimenta, 1990) a coexistência de racionalidades em profundidade e de superfície, expressões de diferentes consciências possíveis e mais, diferentes mas articuláveis e hierarquizáveis.

Em relação ao segundo aspecto consideramos que a Teoria do Caos é, pelo menos, um excelente pretexto para repensar o económico. Ao centrar a sua análise em

¹²Esta situação tem sido escandalosamente rara. Qualquer especialista de marketing minimamente atento terá modelos comportamentais do consumidor como referência que há muito ultrapassou o simplismo da lei da utilidade marginal decrescente, mas os economistas, pelo menos enquanto utilizadores das teorias, continuam no simplismo reducionista de Marshall.

processos dinâmicos, isto é, ao admitir que a realidade é melhor descrita por sistemas dinâmicos não-lineares, ao chamar a atenção para a grande sensibilidade às condições iniciais, ao permitir operacionalizar o conceito de determinismo caótico, fornece condições particularmente propícias para a superação de alguns dos dilemas da Economia, para superar diversas das divergências entre correntes do pensamento. "Os economistas mostram que uma economia de livre concorrência conduzirá a um equilíbrio ótimo para os diversos produtores de bens económicos. Mas o que efectivamente se verifica é a criação de um sistema económico complexo resultante da junção de diversas economias locais. Isso (...) arrisca-se mais a dar lugar a uma evolução temporal complicada, caótica, do que a um agradável equilíbrio" (Ruelle, 1991, 112)

3.2.5. Paixão pela descoberta

"Criar é pensar com mais força", diz Pierre Reverdy (Montreynaud, 1985, *Criação*). Por isso mesmo o ensino universitário exige investigação. É importante que esta preocupação em descobrir o novo, esta capacidade de utilizar uma metodologia e um conjunto de técnicas, este gosto pelo risco e pela inovação seja um património da maior parte dos estudantes. O confronto com o erro e a sua superação é a melhor escola da formação intelectual do novo economista.

Para tal não basta que o professor transmita as suas descobertas, mesmo admitindo que elas estão enquadradas num programa articulado das diversas disciplinas, e muito menos que refira as conclusões dos outros, que sirva o novo como prato já cozinhado e requentado. É fundamental que a organização curricular, o programa das diversas disciplinas, o sistema de avaliação, o tempo dedicado a cada matéria, a relação humana e pedagógica entre professores e alunos, criem um ambiente favorável à assimilação. É imprescindível que dê lugar ao confronto de posições, à dúvida, à definição de problemáticas, mesmo que inicialmente absurdas, a uma atitude cultural de respeito mútuo e troca de ideias. É urgente que o aluno seja, à sua medida e integrado no seu próprio processo de aprendizagem, um investigador.

3.2.6. Agentes empenhados

Uma modificação na forma de ensinar e de aprender a Economia Política no nosso ensino universitário¹³ exige uma postura diferente por parte dos diversos agentes intervenientes e uma reformulação dos seus enquadramentos institucionais.

¹³ Algumas das questões que têm vindo a ser abordadas também são aplicáveis ao ensino secundário. Aliás, atendendo a que a iniciação no saber económico se faz no 10º e 11º anos, a adopção nesses anos de uma postura diferente daquela que aqui defendemos só viria a trazer dificuldades ao ensino universitário. Contudo a consideração do ensino secundário levanta problemas específicos que obviamente não referimos.

Exige, em primeiro lugar, professores investigadores. Isto é, economistas com uma formação pedagógica que considerem que uma das suas actividades profissionais fundamentais é transmitir os conhecimentos adquiridos e ensinar a pensar economicamente, mostrar pelo exemplo qual é a metodologia da Economia Política e as práticas da descoberta. Isto é, professores que articulam a sua actividade pedagógica com a investigação científica feita de uma forma sistemática e metódica, que sabem encontrar o equilíbrio entre as duas vertentes. Exige professores e investigadores rigorosos na conceitualização e metodologia, tolerantes, abertos ao diálogo e conhecedores das diferentes correntes do pensamento económico, amantes apaixonados da aventura intelectual e da irreverência perante o instituído. "É evidente que reservei o título de professor universitário para os que associam à capacidade de investigação as qualidades pedagógicas. De passagem diria que nas universidades pululam outras categorias de docentes além das mencionadas: os servidores (só prestam serviços), os acumuladores (nunca se sabe onde estão nem o que fazem) e, para simplificar, os outros senhores" (DIAS, 1988, 27).

Exige, em segundo lugar, estudantes que tenham o prazer em estudar Economia, em integrar essa formação específica numa formação cultural humanista em processo de criação, que aceitem os desafios da aventura intelectual, do esforço individual e colectivo de definição de percursos de trabalho e descoberta, que não tenham receio do erro porque a própria instituição aprecia mais a sua superação que a sua não existência. Estudantes que compreendam que um curso universitário não é um conjunto de iniciativas de formação profissional, que a teoria e a prática constituem um todo indissociável.

Exige uma integração da instituição universitária de ensino da Economia Política numa sociedade capaz de compreender, aceitar e aproveitar a inovação, o confronto democrático de ideias. Essa capacidade inovadora da sociedade é um dos seus mais importantes patrimónios. "A riqueza da nação não está nas suas reservas de matérias-primas mas sim na educação, na inteligência e na criatividade do seu povo, isto é, no conhecimento e no saber usar esse conhecimento" (Dias, 1988, 25).

Os aspectos anteriormente referidos, sobre as desejáveis características de cada um dos agentes, tem a ver com uma atitude pessoal perante a vida mas está essencialmente relacionado com o funcionamento das instituições, com o reconhecimento pela sociedade do papel do ensino universitário, com os padrões culturais dominantes.

3.2.7. Uma pedagogia adequada

"A Universidade nunca será um agente de corpo inteiro, aproveitando integralmente as suas enormes potencialidades, no processo de transformação cultural, enquanto a pedagogia não estiver permanentemente activa. Enquanto a transmissão de conhecimentos não for, simultaneamente, criação, enquanto não souber aproveitar e potenciar a cultura nacional, enquanto o ser escola for pretexto para outras práticas, inclusive a investigação, sem dúvida nobres e importantes, mas insuficientes na vida da instituição universitária actual" (Esteves e Pimenta, 1992, 289). As propostas de modificação do Ensino da Economia esboçadas nos pontos anteriores nunca

conduzirão a efeitos práticos significativos se a pedagogia não ocupar um local importante.

A situação actual, de desvalorização da vertente pedagógica como parte do narcisismo do professor universitário em relação aos professores dos outros graus de ensino, de ausência de uma formação pedagógica específica para o ensino universitário, de desconhecimento das ciências e técnicas da educação, a começar pelo desenvolvimento curricular, de secundarização da actuação específica do professor na carreira universitária, de adopção, pelos mais bem intencionados, de uma pedagogia espontânea, é uma situação in comportável num projecto sério de reformulação do ensino universitário, logo do Ensino da Economia, dum ensino universitário que também é de massas.

3.3. Realidades, dificuldades e possibilidades

A preocupação deste trabalho é chamar a atenção para algumas das dificuldades actuais do Ensino da Economia Política, é contribuir para uma reflexão crítica do estado da arte actual, é dar alguns modestos contributos para uma redefinição de orientação.

Temos consciência de que muitas barreiras se erguem contra a transformação. Barreiras individuais, institucionais, sociais, ideológicas e políticas. Ao terminar estas linhas fazemos alusão a algumas dessas dificuldades mas com muita ligeireza. Elas são referidas mais como exemplificação das dificuldades que uma transformação do Ensino comporta do que como uma análise minimamente satisfatória do problema.

Do confronto entre a utopia e a realidade, entre as potencialidades e as dificuldades da transformação existe um campo mais ou menos vasto de transformação.

3.3.1. Dificuldades do projecto

O projecto anteriormente referido confronta-se com muitas dificuldades. Citemos exemplificativamente, algumas.

A primeira dificuldade é o ensino universitário de massas.

Este é um fenómeno globalmente positivo, que no nosso País ainda está muito aquém das necessidades. No entanto comporta transformações qualitativas que dificultam a intensificação do debate de ideias e da investigação no Ensino da Economia. "A compatibilização da frequência da escola, e da universidade em especial, com outras actividades (também resultado dessa massificação) exerce-se, sobretudo, relativamente a dois campos diferentes: o do trabalho, por um lado, e o da cultura, por outro. No que se refere a esta última manifestação de interesse por fontes alternativas de identidade estudantil, a observação do quotidiano universitário permite ver que os sítios de encontro e de criação cultural e artística, de debate político e ideológico são

progressivamente exteriores ao espaço da própria universidade, restando ela ligada, porventura, às expressões simbólicas de menor significância. Neste contexto é muito provável o definhamento da dimensão comunitária da escola, por um lado, e o défice motivacional para a participação na organização da instituição como tal, por perda de agentes, por selecção impertinente de interesses e objectivos, por horizontes de duração apenas adequados a interesses imediatos e mutáveis ao sabor das conveniências" (Esteves e Pimenta, 1988, 295/6). A massificação do ensino degrada quantitativa e qualitativamente a relação professor-aluno. Simultaneamente acarreta a desvalorização intelectual da profissão de professor.

Uma expressão desta desvalorização encontra-se na afirmação frequente dos professores ao identificarem a sua actividade profissional (principal) com a venda de aulas. A venda num mercado monopolista e em frequente desrespeito pelo consumidor. A proliferação de estruturas de ensino superior (privadas) sem um corpo docente próprio amplia o mercado do professor que com custos marginais reduzidos aumenta a sua produção¹⁴.

Uma segunda dificuldade é a especialização da Economia Política. A sua crescente fragmentação e a sua transposição para a estrutura dos cursos reforça a compartimentação disciplinar, a qual se associa a relações de poder. O tradicional quadro de total autonomia do docente universitário é o campo propício para, conjugado com a especialização transformar os cursos de Economia num conjunto de matérias mais ou menos (des)articuladas.

A "liberdade de cátedra" assume-se ainda hoje como um estímulo a muita produção intelectual, ao aparecimento de grande pedagogos que marcam gerações, viabiliza, frequentemente, a interligação entre o ensino e a investigação, pedra angular do ensino universitário. Adequada a um ensino de elite, eventualmente ajustada a uma lógica de recrutamento de docentes na base da sua experiência, erudição e investigação anteriores, a absolutização da referida liberdade é frequentemente incompatível com a massificação do ensino superior, com o regular funcionamento das instituições, com o cumprimento do papel que cabe à Universidade enquanto formadora.

A massificação do ensino superior, nomeadamente dos cursos de Economia¹⁵ também está associada às exigências crescentes em formação do aparelho produtivo, e a uma fuga ao desemprego e desvalorização profissional de jovens que não encontram saídas profissionais válidas na sociedade actual. Estes aspectos fazem com que importantes sectores sociais encarem o ensino universitário, o ensino da Economia, como uma formação profissional. Os seus anseios desvalorizam o saber pensar, o poder pensar a mudança e valorizam o saber fazer. Esta atitude profissionalizante é exactamente o contrário do que num mundo em profunda e veloz mudança se exige.

¹⁴ Este é um problema actualmente muito discutido, pelo que gostaria de deixar aqui algumas reflexões adicionais: a) Não está em causa a dicotomia entre ensino público e privado mas entre ensino de qualidade ou não. Está em causa a relação institucional entre as diferentes organizações universitárias. Está em causa a possibilidade de serem juridicamente criadas estruturas de ensino superior sem ter um corpo docente próprio. b) Os "turboprofessores" são, em parte, o resultado da desvalorização social e remuneratória dos professores universitários mas também são a expressão de um esfrangalhamento do tecido ético da sociedade contemporânea, ou, por outras palavras, pela redução da ética ao economicismo.

¹⁵ Os cursos de Economia conheceram um processo de massificação mais cedo que muitos outros.

Estas atitudes profissionalizantes são permitidas ou estimuladas por uma política educativa economicista.

Neste quadro os mecanismos de auto-regulação não são motores de uma transformação susceptível de fazer face aos desafios. É necessário que alguns grupos, que alguns actores impulsionem essa transformação. Onde estão essas forças? é a pergunta que deixamos no ar.¹⁶

3.3.2. É possível melhorar

O conhecimento das dinâmicas actuais e a imaginação poderão não ser suficientes para desenhar a paisagem do espaço possível de concretização mas o confronto de ideias, o debate sobre estas questões, a luta reivindicativa e a participação cívica serão capazes de referenciar alguns pontos conspícuos. É o desafio dessa pesquisa, associada à tentativa de resposta à pergunta formulada no ponto anterior, que desejamos deixar em aberto.

¹⁶ Abordamos esta questão em Pimenta, 1993b

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bachelard, Gaston (1984), Tradutor Ramos, Joaquim J. M., *A Filosofia do Não - Filosofia do Novo Espírito Científico*. Lisboa: Editorial Presença, 3 ed., pp. 136
- Bianchi, Ana Maria (1993), "O Ensino de Pós-Graduação em Economia no Brasil: o Surgimento de uma Preocupação Metodológica". *I Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*. Porto: Faculdade de Economia do Porto
- Dagognet, François (1965), *Bachelard*. Lisboa: Edições 70, pp. 102
- Dias, A. Romão (1988), "Investigação Científica Universitária: que seja muita e de Boa Qualidade é o que se lhe deseja!". *Vértice - nova série*, nº2, 25/39
- Esteves, António e Pimenta, Carlos (1992), "Notas sobre Pedagogia Universitária", *A Sociologia na Escola. Professores, Educação e Desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento, pag. 287-301
- Feyerabend, Paul (1988), Tradutor Pereira, Miguel Serra, *Contra o Método*. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 364
- Feyerabend, Paul (1991), *Diálogo sobre o Método*. Lisboa: Editorial Presença, 1ª Ed., pp. 140
- Friedman, Milton (1988), *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, pp. 182
- Godelier, Maurice, sd, Tradutor Sardinha, Maura R., *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 396
- Katouzian, Homa (1982), Tradutor Vários, *Ideologia y Metodo en Economia*. Madrid: Editorial Gredos, pp. 272
- Mingat, A e Outros (1985), *Méthodologie Economique*. Paris: PUF, 1ª Ed., pp. 570
- Montreynaud, Florence (1985), *Dicionário de Citações*. Lisboa: Editorial Inquérito, pp. 635.
- Moura, Francisco Pereira de (1963), *Problemas Fundamentais da Economia*. Lisboa: Clássica Editora, 2ª. ed., pp. 254
- Nunes, João Arriscado (1993), "Para uma Sociologia da Ciência Económica". *I Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*. Porto: Faculdade de Economia do Porto
- Pimenta, Carlos (1990), "Economia Política e Racionalidades". *Estudos Económicos*, Vol. 20, nº especial, pag. 39/59
- Pimenta, Carlos (1993a), "Crises e Novos Rumos do Ensino da Economia nas Complexas Encruzilhadas Actuais". *I Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*. Porto: Faculdade de Economia do Porto
- Pimenta, Carlos (1993b), "Que Futuro para a Universidade". *Boletim da Universidade do Porto*, nº18, Junho/1993, pag. 35-9
- Ruelle, David (1991), *Hasard et Chaos*. Paris: Editions Odile Jacob, 1ª. ed, pp. 247
- Santos, Boaventura S. (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 58

Suevos, Ramon L., (1983), *Dialéctica do Desenvolvimento - Naçon, Lingua, Classes Sociais*, Coruña: AGAL, 1ª Ed., pp. 155